

**TRADIÇÃO E LUTA PELA TERRA: A DIOCESE DE PROPRIÁ E O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE CATÓLICA**

**TRADITION AND FIGHT FOR THE LAND: The DIOCESE OF PROPRIÁ AND STRENGTHENING OF CATHOLIC IDENTITY**

**TRADICIÓN Y LUCHA POR LA TIERRA: LA DIÓCESIS DE PROPRIÁ Y EL FORTALECIMIENTO DE LA IDENTIDAD CATÓLICA**

Solimar G. Messias Bonjardim  
Doutoranda em Geografia – NPGeo/UFS  
Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura  
Av. Marechal Rondon, s/n – Cidade Universitária,  
Didática II, 1º andar – São Cristóvão - SE  
E-mail: [solmessias@yahoo.com.br](mailto:solmessias@yahoo.com.br)

Maria Geralda de Almeida  
Professora Doutora do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais-IESA  
Coordenadora do Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais.  
Universidade Federal de Goiás-Brasil  
Professora Colaboradora do NPGeo/UFS  
Rua Ruy Brasil Cavalcanti, 189, apto 902.  
Setor Oeste-Goiânia-GO, 74.140.140  
E-mail: [mgdealmeida@gmail.com](mailto:mgdealmeida@gmail.com)

**RESUMO**

Neste artigo o objetivo é discutir as ações da Igreja Católica nos assentamentos rurais da diocese de Propriá – Sergipe, que afirmam a identidade. A escolha da diocese se deu porque esta tem um histórico de luta, de envolvimento com as questões sociais, com os movimentos pela terra. A metodologia respalda-se em entrevistas na diocese de Propriá e nos assentamentos rurais desta diocese. Neste contexto, verificou-se que a Igreja nestas áreas é muito atuante, indo até a sociedade, lutando lado a lado por seus direitos. Por isso, a identidade nestas comunidades está intimamente relacionada com a fé católica que se torna o centro dos acontecimentos comunitários.

**Palavras-Chaves:** Identidade, Igreja Católica, Assentamentos Rurais.

**ABSTRACT**

The aim of this study is to discuss the actions of the Catholic Church on rural settlements in the Diocese of Propriá - Sergipe, which claim the identity. The choice of this diocese was because it has a history of fighting and involvement with social issues, with the movements for the land. The



methodology draws upon interviews in the diocese of Propriá and in rural settlements of this diocese. In this context, it was found that the Church in these areas is very active, going to the society, fighting side by side for their rights. Therefore, the identity in these communities is closely related to the Catholic faith that becomes the center of community events.

**Keywords:** Identity, Catholic Church, Rural Settlements.

## RESUMEN

En este artículo el objetivo es discutir las acciones de la iglesia católica en los asentamientos rurales de la diócesis de Propriá - Sergipe, que afirman la identidad. La elección de la diócesis se produjo porque esta tiene una historia de lucha y compromiso en los asuntos sociales con los movimientos de lucha por la tierra. La metodología se respalda con entrevistas en la diócesis de Propriá y en los asentamientos rurales de esta diócesis. En este contexto, se verificó que la iglesia en estas áreas tiene mucha presencia, llegando hasta la sociedad, luchando lado a lado por sus derechos. Por esto, la identidad en estas comunidades está íntimamente relacionada con la fé católica que se torna el centro de los acontecimientos comunitários.

**Palabras Clave:** Identidad, Iglesia Católica, Asentamientos rurales.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

***“Os pobres são nossos mestres”  
São Vicente de Paula***

Patrono das obras de caridade, São Vicente de Paula, é referência no discurso dos religiosos ligados à luta pela terra no estado de Sergipe. Nos relatos, São Vicente de Paula é apresentado com aquele que, ao conhecer a realidade dos prisioneiros e desafortunados na França no século XVII, lutou arduamente para os mesmos ter direito a dignidade. Pela história deste santo católico e pela identidade na luta, ele é citado pelos religiosos que adotaram a caridade como modo de vida. Ao adotar São Vicente de Paula como guia, o religioso está abdicando de sua vida em favor dos necessitados. Estes, assim, vivem para lutar e ajudar a população carente, tanto organizando ações para arrecadar doações quanto lutar pelo direito destas pessoas.



No Brasil estes religiosos, em pequena quantidade, vivem em paróquias e casas de missão localizadas em áreas pobres, comunidades carentes, esquecidas pelo poder público e privado, ou mesmo se deslocando entre povoados. A interferência destes missionários cria nas pessoas a identidade com a Igreja e com a religião católica. E, mesmo o fim da dominação suprema da Igreja Católica e o definhamento da identidade baseada na fé, a instituição mantém seu poder, e conseqüentemente a religião, com base na identidade social. A Identidade, neste sentido, é moldada a partir das relações estabelecidas entre os indivíduos.

As relações estabelecidas que geram a identidade formam-se com a vivência, devido a memória individual, que pela existência do grupo e a troca de experiências cria a memória coletiva, formadora da identidade. Halbwachs (2009, p. 69) enfatiza que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” e muda segundo o lugar e as relações mantidas com outros ambientes. Este autor completa que a memória é formada, por uma temporalidade e por uma espacialidade. Dependendo do ambiente e dos acontecimentos a memória altera-se e a identidade também.

Conforme Souza e Bonjardim (2011), a memória contempla a cultura e permite descobrir as identidades de uma coletividade ou grupo social, o que leva a percepção enquanto identidade e pertencimento, porém limitada no espaço e no tempo. Trabalhando com a cultura religiosa do catolicismo estamos falando de identidade, de um sistema símbolo representativo, significativo que faz as pessoas sentirem-se incluídas culturalmente nas manifestações, aqui católica. Como coloca Castells (2010), toda e qualquer identidade é construída, cada identidade e cada memória estão de acordo com uma cultura, que dita o como, a partir de quê e por que ela foi construída. “A construção de identidades, vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.” (CASTELLS, 2010, p.23).

A partir do momento que uma pessoa faz parte de um grupo a sua identidade será moldada e influenciada por esse, e esta acolherá a influência para ser admitida e aceita. A identidade social é à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. E é pela influência dos padres e missionários devotos de São Vicente de Paula que a identidade é construída. As ações da Igreja Católica no dia a dia das pessoas, comunidades e sociedades é a matéria-prima para a construção da identidade católica, identidade esta que começa



com a memória individual e enraíza-se na coletividade. Formal ou informalmente, a instituição está presente para ajudar, proteger, andar junto.

Neste sentido, tanto o envolvimento de missionários da Igreja com as questões sociais quanto a luta pelo acesso a terra é antiga. No período de ocupação do território brasileiro os missionários jesuítas foram os primeiros a lutar pelo direito dos nativos ao acesso à terra, a ter seu território para sobrevivência. As primeiras lutas logo se extinguiram com a expulsão destes missionários e a luta pelo acesso a terra ficou sem representantes legítimos. Nos anos seguintes ficou destinada a padres isolados que batalhavam sozinhos pelo direito dos desafortunados.

Oficialmente, a Igreja Católica era uma instituição voltada para auxiliar, aconselhar, administrar, educar a classe média, distribuir esmolas e ficar a parte das preocupações sociais (NASCIMENTO FILHO, 2008). As ações destinadas aos menos favorecidos sobressaem-se com a separação da Igreja e do Estado, momento que a Igreja teve que lutar para continuar presente no imaginário popular. Isto é, com o decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, que separou o poder da religião católica do poder do Estado, a Igreja se vê obrigada a lutar para manter seu espaço. A primeira política da instituição foi a criação, entre 1890 e 1930, de dioceses em todos os estados brasileiros. Nos primeiros cinquenta anos do século XX, a Igreja criou jornais que difundiam a crença católica e também lutava contra as outras formas de fé, o comunismo, os maçons e cientificistas (BARRETO, 2011). Após 1950, percebendo a realidade rural do Brasil, as injustiças fundadas numa estrutura feudal e a falta de unidade existente, a Igreja Católica se vê obrigada a tomar posição e defender mudanças sociais para os necessitados terem direito a educação, saúde, terra e trabalho. Assim, setores da Igreja, começam a formar leigos para encarar na realidade os ensinamentos sociais, principalmente no nordeste do país (NASCIMENTO FILHO, 2008).

Nesse mesmo período no Brasil a Igreja começa a se estruturar, criando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 1952, um organismo de debates e discussões para a unidade da Igreja. Deste organismo fazem parte todos os bispos do país, e nesta discutem principalmente ações voltadas para o trabalho pastoral<sup>1</sup> em favor dos fiéis em seu território. Com a CNBB as ações pastorais são discutidas e as necessidades de cada território analisado. O acesso à terra da população carente sempre foi pauta das reuniões, principalmente pelo perfil agrário do país. E, com a luta de alguns párocos do Mato Grosso e da Amazônia pelo direito da população a terra,

---

<sup>1</sup> Trabalho pastoral é a ação missionária da Igreja Católica. Trata-se de atividades comunitárias e sociais, com a finalidade de ensinar os valores cristãos. É uma ação evangelizadora que se realiza nas comunidades. Os Bispos em conjunto com os párocos, ao analisar a realidade de seu território, criam o trabalho pastoral para a realidade encontrada. Em algumas localidades os fiéis e grupos da Igreja solicitam a criação das pastorais conforme a necessidade. A pastoral é a missão do católico, de ser pastor, de ajudar os necessitados, levando o consolo e a palavra de Cristo.



segundo Mitidiero Junior (2008), nasceu a Comissão Pastoral da Terra para lutar pelos injustiçados do campo. A Pastoral buscava transformações para um território caracterizado pelas desigualdades sociais produzidas pelo sistema econômico vigente (concentração de terras, exploração do trabalho caracterizada por baixíssimos salários, inexistência de direitos trabalhistas, latifúndios improdutivos, escravidão etc.).

A luta pela terra é antiga no país e remete aos colonizadores e ao processo de ocupação do território brasileiro, a luta dos nativos pelo seu espaço, pela sua identidade com a natureza; também, à monocultura escravocrata e à luta dos escravos pela sua liberdade, seu direito de sobreviver e viver; e ao processo de propriedade da terra, a problemática dos camponeses pelo seu pedaço de terra, seu direito de trabalhar com a terra. Com o decorrer dos anos e a ocupação efetiva do espaço, o país teve seu problema com a distribuição de terras e lutas pelo acesso a esta cada vez mais agravado. Nas décadas que seguiram a ocupação do país, focos de luta emergem em todo o território nacional, seja de resistência contra a perda da terra ou de acesso à terra, encabeçados por particulares, sindicatos e, principalmente, pela Igreja. Atualmente, a luta pela terra dentro do catolicismo está centrada em poucas regiões, geridas por padres-missionários, que dedicam a vida na construção de matéria-prima para manter a identidade católica, seja de resistência ao imposto, legitimadora da sociedade existente ou de projeto para uma nova identidade.

Deste modo, o objetivo neste artigo é discutir as obras/atuações da Igreja Católica que afirmam a identidade nos assentamentos rurais presente no território da diocese de Propriá – Sergipe. A escolha da diocese se deu porque esta tem um histórico de luta, de envolvimento com as questões sociais, com os movimentos pela terra. Para o desenrolar deste objetivo realizou-se entrevistas com representantes da diocese de Propriá e moradores de assentamentos rurais daquela diocese. Com estes analisou-se o grau de envolvimento com a Igreja Católica e a representatividade da mesma na sua vida diária, ou seja, a identidade estabelecida com a fé e com a religião.

## **A LUTA PELO ACESSO A TERRA EM SERGIPE E PROPRIÁ**

Houve um tempo que inexistia um organismo da Igreja instituição voltado para os menos afortunados, humildes e oprimidos, ou que cuidasse diretamente da questão agrária em Sergipe. Na povoação do território que hoje constitui o Estado, de acordo com Freire (1977), todas as ordens



religiosas (Clero Secular, Beneditinos, Carmelitas, Franciscanos, Jesuítas) receberam sesmarias e vieram difundir a fé católica no Estado com a construção de Igrejas e conventos, com ações voltadas para o dia a dia dos abastados, celebrando missas e festas nas freguesias e engenhos, colhendo confissões, rezando terço, etc., com pouca ou nenhuma participação popular.

Nos primeiros anos da colonização até a criação da primeira diocese, final do século XVII ao início do XIX, as Igrejas construídas eram administradas pela diocese da Bahia, Diocese Primaz Principal – primeira do Brasil, com presença e ações limitadas em todo o território. Na política expansionista da Igreja, em 1910 foi elevada a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Aracaju na primeira diocese do Estado, administrando todo o território. Neste período a Igreja ainda estava voltada para as classes mais abastadas, atendendo principalmente estas. Eram raros os párocos que saíam em missão pelas comunidades, núcleos de povoação e tinham identidade com as necessidades sociais.

Quando assume a arquidiocese de Aracaju, Dom José Vicente Távora, primeiro Arcebispo do Estado, no ano de 1958, por conhecer a realidade nordestina da seca e da miséria e estar inserido nas lutas pelo direito dos oprimidos, implanta no território mecanismos para suprir a demanda da Igreja no quesito luta pelos trabalhadores rurais. Dom José Vicente Távora disseminou, pelos municípios sergipanos, os sindicatos rurais. Com esta iniciativa, segundo documentos da Cúria Metropolitana (2010), desejava que os trabalhadores rurais unidos tivessem mais condições de reivindicar os seus direitos e fossem fiéis no cumprimento de seus deveres. Este arcebispo criou ainda o MEB – Movimento de Educação de Base que plantou no Estado a ligação da igreja com a cidadania e cuidava da alfabetização voltada para a conscientização da população. Assim, com as obras do primeiro arcebispo a Igreja Católica começa a lutar pelos oprimidos e humilhados em Sergipe.

As ações continuaram com o segundo Arcebispo Metropolitano de Aracaju, de acordo com o *site* da Arquidiocese de Aracaju. Para mostrar concretamente a viabilidade da reforma agrária e, concomitantemente, criar empregos para as pessoas não alfabetizadas ou de pouca instrução, que não possuíam terra para trabalhar, o segundo arcebispo Dom Luciano Cabral Duarte (1971 - 1998), empreendeu uma experiência de reforma agrária. Contando com a colaboração de políticos e instituições privadas de Aracaju e da Alemanha, Dom Luciano José Cabral Duarte, na época Bispo Auxiliar de Dom José Vicente Távora e, a partir de 1971, Arcebispo Metropolitano de Aracaju, conseguiu recursos e comprou grandes propriedades: duas no município de Maruim, uma em Santo Amaro das Brotas, uma em Santa Rosa de Lima, uma em Carmópolis e uma em Divina Pastora.



Essas seis propriedades foram divididas e nelas assentadas 261 famílias. Segundo Dom Luciano, em discurso proferido na época da implantação do PRHOCASE, a terra é o primeiro passo para retirar os trabalhadores rurais da miséria e da mendicância. Para dar continuidade, antes e depois de instalados, os chefes de família eram treinados e orientados para o cultivo da terra e tornaram-se pequenos agricultores e criadores de gado. Tratou-se de uma iniciativa-modelo que ainda preparava os novos agricultores para o correto uso da terra.

Devido a estas ações, a população assentada pela Igreja criou e/ou fortaleceu a identidade religiosa católica utilizando a matéria-prima disponível pela convivência com padres e missionários, comprovada pela quantidade de símbolos católicos presentes nos sítios e casas, nas festas comunitárias e pela frequência à Igreja Católica. E por identificarem-se com o simbolismo e ações católicas disseminam o catolicismo. Segundo Pinto (2004) pela interferência e ações sociais dos grupos católicos, que criam espaços para o exercício da cidadania nos espaços das igrejas, templo e seu entorno, estas comunidades mantêm e sustentam a fé religiosa que, em alguns momentos, podem parecer distante nas comunidades, mas está presente no imaginário diário da população, construindo e mantendo o território da Igreja Católica. E mesmo com a presença de outras formas de fé no território das propriedades e a proximidade com as cidades, os que foram beneficiados pelas ações de Dom Luciano seguem o catolicismo e têm os santos como protetores na lida diária. A identidade destas comunidades influencia os familiares e novos moradores que, pelo contato com os outros tem sua cultura transformada.

Na atualidade, em Sergipe, a diocese de Propriá é a única que manteve organismos que trabalham com a luta pela terra, voltado para o camponês, para os trabalhadores explorados do campo. A diocese de Propriá tem um histórico de envolvimento com os pobres para lutar por seus direitos<sup>2</sup>, com ações que nos remetem a criação da diocese, com o lema “fé e vida”. Nesta diocese os padres são incentivados a ir até o povo e não esperá-los na Igreja, ir ao encontro do povo humilde, participar de sua vida e lutar por seus direitos. Vale esclarecer que cada diocese tem sua estrutura e preceitos de luta, pois as dioceses são autônomas entre si, existindo uma relação de unidade. Estância e Propriá reconhecem a arquidiocese de Aracaju, fazem parte da mesma província eclesiástica, todavia, são independentes de Aracaju, seguem seus próprios preceitos. Os bispos das dioceses agem independentes do arcebispo. O que existe, segundo informou o Chanceler da Cúria

---

<sup>2</sup> Mesmo existindo um histórico de luta pela terra na Arquidiocese de Aracaju, este movimento não se perpetuou. Aconteceu de forma isolada e única. Não deixando vestígios de um dia ter acontecido.



Arquidiocesana em entrevista, é um relacionamento de respeito, uma união pela fé e pelos princípios religiosos.

As causas e diretrizes pastorais das dioceses é uma decisão interna, das reuniões que discutem suas realizações. As reuniões da CNBB elegem o tema de trabalho e as regionais afunilam para sua realidade, agora como será trabalhado e como será a luta é uma decisão interna. Assim, nas reuniões da diocese de Propriá, pela característica local, a decisão há alguns anos é priorizar os necessitados do campo, evangelizar as populações carentes que vivem em áreas atingidas pela seca, que vivem as margens de latifúndios, exploradas, sem direito a subsistência.

#### A DIOCESE DE PROPRIÁ E SUAS AÇÕES DE TERRITORIALIDADE PELA POSSE DA TERRA

O território que hoje corresponde a diocese de Propriá teve seu primeiro órgão católico de administração em 1679, com a elevação da Igreja de Santo Antônio de Neópolis à sede de Paróquia. Esta paróquia administrava o vasto território das margens sergipanas do Rio São Francisco. A construção de Igrejas nas cidades e vilas importantes acontecia via doações pedidas pela instituição aos habitantes, ou via promessas e/ou construção de alguma família abastada; mas para o exercício do catolicismo, poucos eram os padres que viviam nas localidades. Para administrar e manter o território antigamente era desnecessário a presença constante dos religiosos, pois contavam com a identidade que a população tinha pela religião católica, conseguida pela imposição do Estado (que tinha o catolicismo como religião oficial) e pela tradição.

Naquela época as ações sociais da Igreja Católica para manter seu território eram realizadas por alguns padres empobrecidos que viviam a missão de catequizar os nativos e colonizadores pobres sem auxílio ou intervenção direta da instituição católica. A Igreja Católica era voltada para os habitantes mais abastados das cidades e vilas, a educar e catequizar os filhos dos donos de terras e dos comerciantes da região. A intervenção das ordens missionárias no território também era praticamente nula, destinada apenas a cuidar de suas terras e dos moradores destas.

Neste sentido, o território católico se mantinha pelas relações de poder da identidade legitimadora, isto é, relações identitárias construídas pelas instituições dominantes com o intuito de expandir e racionalizar a dominação em relação aos atores sociais (CASTELLS, 2010). Esta dominação criava e ainda cria um território apropriado pela instituição, marcado por símbolos



visíveis e invisíveis, que levam a população ao sentimento de pertencimento, de reproduzir as marcas do território em outros locais para criar a identidade e o pertencimento. O território apropriado pelo pertencimento, pela tradição, é o mais resistente, pois os atores sociais o levam consigo, e mesmo com a interferência de outras relações, ele se mantém.

A Igreja Católica em Propriá utiliza deste território apropriado para continuar suas ações, pois diferentemente da administração inicial dos séculos XVII até XIX, atualmente a instituição precisou estabelecer planos de ação de acordo com suas características territoriais para administrar e manter seu território. Dos planos da diocese, o maior e mais característico do território é a luta social empreendida em favor dos menos favorecidos e necessitados da área rural. Esta problemática com os atores sociais da área rural sempre existiu na diocese, pois a mesma foi implantada em uma área caracterizada pela grande propriedade improdutiva, atingidas pela seca e pela exploração dos trabalhadores e moradores do campo.

O histórico de luta pela população carente do campo se inicia logo na criação da diocese, quando o Papa João XXIII escolheu para assumir o posto de Bispo na Diocese, Dom José Brandão de Castro. Ao assumir a nova diocese, tomando conhecimento da pobreza do povo, e seguindo os mesmos preceitos de Dom José Vicente e Dom Luciano, dedicou sua administração a lutar pelo povo com o lema “Fé e Vida” na sua gestão. Nos 27 anos de vida na diocese, o Bispo defendeu a melhoria nas condições de vida para todos, não só no campo religioso, como no campo social e educacional. Esse Bispo rompeu:

[...] com uma longa tradição, para a qual o exercício do múnus episcopal centrava-se no exercício de uma autoridade equivalente àquela dos poderes civis, e tinha como pressuposto a manutenção da ordem e do poder da Igreja, ele colocou-se a serviço da libertação dos beiradeiros do Velho. Juntamente com parte do clero, dos religiosos e religiosas e dos/as leigos/as da Igreja Particular de Propriá, incorporou as dores e as esperanças dos pobres e as expressou através de maneiras de orar, de cantar, de fazer poesia e de enfrentar os poderes tradicionais. (NASCIMENTO FILHO, 2012, p.01).

Diante desta iniciativa a Diocese de Propriá, ao longo da história, ficou conhecida como uma Igreja que, desde o seu primeiro Bispo, assumiu a evangelização a partir da opção pelos pobres. Assim, assinalou sua história no movimento em defesa dos posseiros do Povoado Betume (Neópolis), da Fazenda Santana dos Frades (Pacatuba) e do Mundéu da Onça (Neópolis); do povo indígena Xokó da Ilha de São Pedro e da Caiçara (Porto da Folha); dos sem-terra da Barra da Onça e Pedras Grandes (Poço Redondo), da Ilha do Ouro (em Porto da Folha), Monte Santo (Gararu) e



Morro dos Chaves (Propriá); e a defesa da terra das comunidades quilombolas do São Francisco sergipano.

Com as lutas em defesa dos pobres do Betume de Neópolis, é criada em Sergipe, em 1976, a Comissão Pastoral da Terra, para estar junto com a população carente nas lutas pela terra, por condições de vida. A CPT, como era conhecida a Pastoral da Terra, atuou em Sergipe até 1993, quando o segundo bispo de Propriá ordenou seu fechamento. É necessário frisar que a CPT atuava, em Sergipe, somente na diocese de Propriá. Nesta diocese os dirigentes relatam que o local tinha, desde sua criação, histórico de pobreza e exploração dos grandes latifundiários sobre os pequenos agricultores e trabalhadores rurais<sup>3</sup>.

Em 2002, o terceiro bispo de Propriá, Dom Mário Rino Sivieri, autorizou a Cáritas Diocesana de Propriá a assumir o papel da Comissão Pastoral da Terra. Segundo Padre Isaías Nascimento esta não é sua função, mas por falta da CPT, ela assumiu a missão de defender os pobres e oprimidos. O papel da Cáritas é estar junto, não ser tutor, é estar com as comunidades e auxiliá-las no encaminhamento de suas lutas e ações necessitárias. Esta entidade está com os trabalhadores rurais, as comunidades quilombolas e indígenas nas lutas pelos seus direitos.

A CPT já exercia este papel, um exemplo é a luta da Igreja em conjunto com os índios Xokós. Estes estavam perdendo cada vez mais sua terra, eram assassinados pelos fazendeiros da região para se afastarem das fazendas. Pelo grau de miserabilidade a CPT e a diocese lutaram por esse povo. A reivindicação pela posse da terra durou três anos com ameaças e inquietação, muitos se fizeram solidários. Dom José Brandão de Castro sempre que necessário dava o grito pela justiça. A Ilha de São Pedro foi enfrentada em favor dos índios Xocós, hoje libertos na sua aldeia. Segundo Nascimento Filho (2011) no início das lutas da diocese a união das comunidades era muito forte. Havia um verdadeiro mutirão em defesa da vida. O clamor dos índios Xokó, no sertão, sensibilizava os sem terra de Propriá e as comunidades da praia, e vice-versa.

O primeiro envolvimento da Igreja Católica com a luta pela terra no Estado foi na reivindicação dos posseiros do atual assentamento Santana dos Frades - Pacatuba. A fazenda, com uma Igreja dedicada a Nossa Senhora Santana, foi um reduto dos frades capuchinhos até o século XIX, quando foi vendida para uma família criadora de gado. Estes novos proprietários, após acordos, estabeleceram o sistema de arrendamento pela terra para os moradores da fazenda. Contudo, segundo Santos (2005), as condições impostas aos trabalhadores colocavam-nos em

---

<sup>3</sup> A pobreza no estado de Sergipe não está localizada somente na diocese de Propriá, mas é nesta diocese que os dirigentes da Igreja lutam pelos menos favorecidos.



desvantagem, a ponto de serem forçados a pagar por qualquer prejuízo que a fazenda tivesse inclusive a morte do gado. E muitas vezes tinham suas roças destruídas pelo gado que o fazendeiro mandava soltar com esse fim. Pela revolta e pelos abusos os posseiros se revoltavam e pediram ajuda ao Bispo de Propriá, Dom José Brandão de Castro.

Assim, a diocese de Propriá por meio da Comissão Pastoral da Terra e conjuntamente com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe passou a assessorar os posseiros, que, assim, se fortaleceram para iniciar a luta. Os reivindicantes eram, na sua maioria, trabalhadores e posseiros da referida fazenda. Eles lutaram ao lado de missionárias e de padres pela posse da terra que sempre ocuparam. Segundo informaram os padres que atenderam e atendem a região, a Igreja Católica participou ativamente da luta, tendo entre os acampados padres e freiras, que ajudavam na alimentação, nos partos, com os doentes, rezavam missas, faziam orações, etc.

A localidade pelo inicial envolvimento com os frades e pela identidade que tinham com a padroeira Senhora Santana, com a presença e ajuda da Igreja Católica fortaleceram a identidade que já possuíam. Como informou o padre da paróquia de Pacatuba, responsável pelas missas e ações católicas no assentamento, os moradores desta localidade tem uma aproximação muito grande com a Igreja e principalmente com a padroeira Senhora Santana, pois acreditam que a padroeira da localidade propiciou a eles ter terra, um trabalho e o que comer. Nas coletas de depoimento constatou-se a identidade dessa população com Nossa Senhora Santana. E percebe-se o tamanho da fé do entrevistado, contando sua luta pelo acesso a terra e o quanto ele reverencia a santa.

Na luta, na lona era barraca, ninguém boto nós pra fora, com aquela mãe ali (aponta para a Igreja), bota não, nós dento, nós dento, comia feijão seco, feijão maduro, comia o que viesse, nós (gesto de comer). Por causa de nós todo povoado ai saiu na luta, mas quem ensinou o caminho foi Nossa Senhora Santana. Quando saimo de dentro da mata a barreira tava ali (aponta ao lado da Igreja), se passa morre e nós dento, nós dento, eles lutava na bala e nós no pedaço de pau e Nossa Senhora Santana dizendo nós vence, nós vence. Um comia uma coisinha, outro comia outra. Agora minha mãe (referência a N.S. Santana) me deu tudo. (Depoimento de um senhor de 60 anos do assentamento Santana dos Frades em Pacatuba).

No assentamento Santana dos Frades a antiga sede da fazenda foi derrubada, mantendo nas terras coletivas somente a capela dedicada a Nossa Senhora Santana, construída pelos frades carmelitas no Séc. XVIII (figura 01). Nesta figura percebe-se a Igreja no centro da Agrovila e a praça onde ocorre a feira semanal e todas as festas religiosas do assentamento. Na verdade, neste assentamento específico, a Igreja antecede o assentamento e, por isso, foi decidido a construção da



agrovila ao redor da Igreja. Conforme relataram os moradores a luta pela terra também aconteceu neste local. O acampamento ficava do lado esquerdo da Igreja e a resistência dos proprietários da fazenda começava na Igreja.



Figura 01. Igreja Nossa Senhora Santana e Agrovila de Santana dos Frades, 2012.

A Igreja é o símbolo da identidade dos moradores, pois afirmam não se lembrar como a santa chegou ao local. Nas entrevistas realizadas por Santos (2005) ficou comprovado que os moradores acreditam que a santa é a verdadeira dona das terras e riquezas e tudo que recebem é pela vontade desta, além de serem muito religiosos. A devoção era uma característica tão forte que os dois assentamentos da região mantiveram nome de santa, Santana. A autora acredita que “o forte apoio da igreja católica na vida e na luta pela posse da terra possivelmente tem ligações com isso. Explicam quase tudo –tanto os problemas quanto as vitórias que conquistam –pela “vontade de Deus”.” (SANTOS, 2005, p. 23).

Assim, a Igreja Católica, ao participar da luta pela terra, reestabelece a tradição, a identidade legitimada pelo poder dominante religioso e resistente contra o poder dominante do capital (CASTELLS, 2010). Segundo Dourado e Vargas (2012) ao criar condições de continuidade de uma trajetória, a identidade reafirma o sentido de pertencer. Ao viabilizar essa possibilidade, a identidade revela um caráter transformador da mudança social, pois, a mesma favorece a criação de estratégias futuras e possibilita a criação de projetos e ações pelos sujeitos dentro de determinado contexto social. Esse caráter transformador da identidade é percebido quando grupos sociais que se encontram em condições desvalorizadas constroem uma resistência baseada nos próprios ideais e



princípios, sendo capazes de construir uma nova realidade, redefinindo seu papel na sociedade (CASTELLS, 2010; CRUZ, 2007).

Nos assentamentos rurais visitados, que tiveram a participação da Igreja Católica, verifica-se a construção de símbolos católicos na paisagem, como cruzeiros, cruzes, igreja. E ainda a forte religiosidade do povo, da fé que eles têm no catolicismo, expressos nas festas, no ato de pagar promessa, nos altares construídos nas casas, nos símbolos e nomes das propriedades. Como é o caso do assentamento Barra da Onça e Pedra Grande em Poço Redondo. Nestes assentamentos a identidade e a fé na Igreja Católica levaram os moradores a requisitar ao INCRA uma área para a construção da Igreja Católica e espaço para a realização das festas. As igrejas, nos assentamentos rurais, estão localizadas em local central na agrovila (Pedra Grande) ou no centro do assentamento quando não possui agrovila (Barra da Onça<sup>4</sup>). A população nestes assentamentos é de maioria católica, com participação maciça nos eventos da Igreja Católica: missas, festas, quermesses e procissões.

Esta territorialidade tem força para influenciar e manter as identidades, além de estabelecer territórios, pois conforme Haesbaert (2004), o território tem a ver com o poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. E esta apropriação pode iniciar-se com as ações do catolicismo que chamam o morador para a religião e criam a necessidade de construção de símbolos na paisagem.

A Diocese de Propriá, além da interferência na luta pelo direito dos sem-terra, tem ações voltadas para ajudar paróquias com perfil de miserabilidade extrema, como é o caso a Paróquia de Brejo Grande. Neste local, a Igreja entrou com ações mais concretas para ajudar o povo a desenvolver-se. O pobre na cidade, segundo depoimento do padre, só tinha direito a água. Então a Igreja e a Cáritas desenvolveram ações para ajudar o povo em inúmeras funções. A diocese, assim, auxilia as comunidades a refletirem ações, reações de inclusão social. Exigindo do Estado ações concretas para melhoria de vida do povo. Vale acrescentar que a Cáritas não espera apenas o contato das comunidades, ela visita os carentes, principalmente, baseada nas discussões organizadas pela diocese com base no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), pois a diocese de Propriá tem muitas cidades com os menores IDHs do Estado. A diocese chega às comunidades pela homilia proferida nas missas e nos eventos realizados, como a Romaria da Terra.

---

<sup>4</sup> Neste assentamento o INCRA estabeleceu a área para uma igreja, mas na localidade temos ainda duas em construção em áreas particulares doadas.



Pelas ações, a Igreja Católica se tornou parceira das comunidades e necessária em momentos de dificuldade e luta. A identidade com a religião católica ou já existia e foi fortalecida ou se consolidou nos momentos de luta. Nestas comunidades a fé na religião e na Igreja Católica é tão grande que a população destes assentamentos se doa para a Igreja, vivem a fé católica e os ensinamentos dos padres sem questionar ou pensar. O simbólico católico está em todos os locais dos assentamentos, de uma simples cruz a construção de grutas e mini-capelas dentro das propriedades, para afirmar sua gratidão e devoção ao catolicismo. Estes símbolos estabelecem no território uma paisagem dominante da Igreja Católica.

Conforme levantamento realizado em 2011 e informação do chanceler da Diocese de Propriá, todas as comunidades que tiveram a CPT ou ainda tem a atuação da Cáritas têm capelas e atuação direta da Igreja Católica.

A nossa Diocese sempre esteve junto aos excluídos do Baixo São Francisco e, desde 2005, tem priorizado sua presença junto aos pobres de Brejo Grande cujo IDH é um dos mais baixos do Estado. Aos pobres, por completo, nunca lhes fora dado o direito de uso da propriedade, a não ser como meeiros – que é um regime de semi-escravidão - até meados dos anos 80, quando foram expulsos das lagoas naturais que são da União. As águas do rio São Francisco e do Mar são a salvação para quem quer permanecer no município. O retrato do município lembra um bolsão de miséria como se estivéssemos nas favelas das grandes cidades. O descaso em relação à execução de políticas públicas nos mostra um retrato do tempo do Brasil colônia, no tempo da casa grande e das senzalas: aos escravos, pobres, só os restos; aos senhores, os donos das terras e dos poderes políticos, tudo. (<http://padreisaias.nascimento.blogspot.com.br/>, 2012).

Assim, a luta, dessa diocese, perpetua e enraíza profundamente a identidade, o que contribui para a fixação do território da Igreja Católica. E com o lema de “Viver pelos Pobres”, os padres da diocese de Propriá assistem e vivenciam a luta diária do povo para sobreviver, aprendendo a obter força para lutar pelos direitos dos menos favorecidos. Os religiosos designados para a diocese de Propriá têm sua identidade ligada a Teologia da Libertação após a formatura na vivência diária, uma vez que o estudo desta está proibido nos seminários desde a década de noventa. (MENESES NETO, 2009). Com essa luta eles constroem, para a Igreja Católica, a matéria-prima formadora da identidade. A identidade, como discute Castells (2010), pode ser classificada como de resistência. Resistência contra um sistema que os impede a trabalhar pelo seu sustento, a criar os filhos e a ter um modo de vida digno.

Portanto, as ações da Igreja Católica nas comunidades mantêm o território, construindo uma forte identidade com o catolicismo e facilitando o trabalho da instituição. Visto que, luta pela terra



de sem-terra posseiros, índios e quilombolas com a ajuda da Igreja Católica fez nascer ou fortalecer nas comunidades implantadas a tradição e identidade com o catolicismo, observados na paisagem dos assentamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diocese de Propriá por meio das ações sociais se fez mais presente nas lutas pela terra, pelo acesso do pequeno agricultor à terra. Nas áreas de assentamento rural perpassam símbolos da tradição, da luta e participação católica, transmitidos tanto pela oralidade como também pela gestualidade. Nos assentamentos que tiveram a participação da Igreja tem ainda hoje uma identidade com a fé católica, com os santos, independente do tempo que essa integração Igreja-comunidade aconteceu. A diocese é conhecida pelo seu engajamento nas lutas sociais, constituindo-se na filosofia de pensar no próximo, no desenvolvimento da sociedade. Nos assentamentos rurais, com o *layout* de luta, de ajudar os menos favorecidos enraizaram a fé católica na alma da população.

Assim, o território católico do estado de Sergipe, conseqüentemente nos assentamentos, é muito denso e forma uma paisagem homogênea, repleta de símbolos católicos que deixam a paisagem representativa, interagindo com o dia-a-dia da população e criando o sentimento de pertencimento, de identidade. Pode-se afirmar, sobre o território do catolicismo no estado de Sergipe, que este desenvolveu-se a partir da doação de sesmarias às ordens religiosas e a colonização efetiva, consolidando-se pelo sentimento de identidade que os habitantes tinham com a Igreja Católica Apostólica Romana. Na contemporaneidade, a identidade destes habitantes continua criando territorialidades, propiciando o crescimento identidade, principalmente nestas áreas isoladas, que um dia tiveram a presença de padres e missionários.

Enfim, diante do exposto, podemos afirmar que estes são dados e análises iniciais que nos permitem avançar, num momento futuro, para uma discussão sobre os territórios e identidades religiosos e suas relações de poder na tese de doutorado ao qual o tema aqui abordado se compõe.

## REFERÊNCIAS



## DOCUMENTAIS

LIVRO DE TOMBO DA CÚRIA METROPOLITANA, Aracaju – Sergipe, volume I, Sem Data.

ARQUIVO DOCUMENTAL DAS PARÓQUIAS EXISTENTES NAS DIOCESES E NA ARQUIDIOCESE DO ESTADO SERGIPE.

## BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARTA DE SOLIDARIEDADE ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS. Salvador/BA, 16 de agosto de 2010. Disponível em: <http://padreisaianascimento.blogspot.com.br/> Acessado em 16 de junho de 2012.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 6 ed. São Paulo: Paz e terra, 2010.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS. Anuário Católico do Brasil, 2009/2010. 12 Edição. Editora Promocat.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBERT, Rogério. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

DOM BRANDÃO DE CASTRO. Déda inaugura rodovia Dom José Brandão de Castro ligando Neópolis a Ilha das Flores. Sergipe em 21/04/2010. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br/noticias/imprimir/materia:19066>. Acesso em 11 de maio de 2012.

DOURADO. A. M. VARGAS. M. A. M. ENTRE TRADIÇÕES E TRADUÇÕES: IDENTIDADE TERRITORIAL NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA. In: III SERNNE – Seminário Regional Norte Nordeste de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa, 2012.



FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, Aracaju, SE : Governo do Estado de Sergipe, 1977.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HENDRICK, Francisca. DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO. E-mail enviado ao Pe. Isaias Nascimento no dia 11/07/11, uma segunda-feira, às 07hs17. Disponível em: <http://padreisaianasnascimento.blogspot.com.br/> Acessado em 05 de maio de 2012.

MENEZES NETO, A. J. . A Igreja Católica e a luta pela terra no Brasil. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói - RJ. Anais do SINGA. Niterói: SINGA, 2009. p. 01-16.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

NASCIMENTO FILHO. I. C. A DIOCESE DE PROPRIÁ COMEMORA 50 ANOS. Posted 10th October 2010. Disponível em: <http://padreisaianasnascimento.blogspot.com.br/>. Acessado em 16 de junho de 2012.

NASCIMENTO FILHO. I. C. PE ISAÍAS NASCIMENTO: Dom José Brandão de Castro, o Bispo dos Pobres do Baixo São Francisco. Disponível em: <http://www.tribunadapraiaonline.com/news/pe-isaias-nascimento%3A-dom-jose-brand%C3%A3o-de-castro,-o-bispo-dos-pobres-do-baixo-s%C3%A3o-francisco/>. Acessado em 16 de junho de 2012.

PINTO, Mércia de V. Identidade Cultural. Palestra realizada durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA) em 15 de julho de 2004. Restaurante Estação 109, Comércio da 109 Sul, Brasília – DF. Disponível em: [http://www.arq.ufsc.br/urbanismo5/artigos/artigos\\_pm.pdf](http://www.arq.ufsc.br/urbanismo5/artigos/artigos_pm.pdf)>. Acesso em 11 de maio de 2012.



POLLAK, Michael. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMINHOS, M. Fronteiras da Identidade. In: O “outro” na construção de um lugar na serra de Grandola. Oeiras: Celta Editora, 2004.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e Religião: Uma proposta. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, Ano I, p. 45-74, out. 1996.

SANTANA, Pedro Abelardo de. Da Bahia a Pernambuco no século 16: viagens entre dois pólos da colonização do Brasil. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Serviço Social do Comércio, 2003.

SANTOS, M. Práticas Sociais de Produção e Unidades de Medidas em Assentamentos do Nordeste Sergipano. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, 2005. (Dissertação, Mestrado em Educação).

SINTESE. Diocese de Propriá: O clamor da Deputada Ana Lúcia é o clamor dos pobres! Propriá, 03 de março de 2010. Disponível em: [http://www.analucia-se.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=685:diocese-de-propria-o-clamor-da-deputada-ana-lucia-e-o-clamor-dos-pobres&catid=38:movimento-negro&Itemid=136](http://www.analucia-se.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=685:diocese-de-propria-o-clamor-da-deputada-ana-lucia-e-o-clamor-dos-pobres&catid=38:movimento-negro&Itemid=136). Acessado em 10 de junho de 2012.

SOUZA, A. F. BONJARDIM, S. G. M. Cantos, Ritmos e Cores. As festas juninas em Sergipe. In: IV Colóquio Nacional do NEER, 2011, Santa Maria. Anais do IV Colóquio Nacional do NEER (Núcleo de Estudos em Espaço e Representações). Santa Maria: UFSM, 2011. v. 1. p. 1-20.

